

**AS VARIAÇÕES
EM CARTAS MANUSCRITAS DE MATO GROSSO**

Kenia Maria Correa da Silva (UFMT)
kenya_maria@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade investigar, sob a perspectiva filológica, 37 cartas manuscritas, datadas de 1713 a 1800, em sua maioria, referentes a Cuiabá e à Capitania de Mato Grosso, escritas em diversas localidades, no Brasil e em Portugal, 15 pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e 22 ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Serão feitas as edições fac-similar e semi-diplomática, a partir das quais serão tecidos comentários paleográficos, com o intuito de expor aspectos da escrita, com a abordagem do período colonial brasileiro e descrever aspectos ortográficos, suas variações e correspondência fonológica na língua portuguesa do século XVIII.

Palavras-chave: Filologia. Paleografia. Variação. Língua portuguesa.

1. Introdução

A filologia, de acordo com Segismundo Spina (1977, p. 75), “[...] não subsiste se não existe o texto, pois é o texto a sua razão de ser”, e possui a finalidade de “[...] explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”.

Emprega César Nardelli Cambraia (2005, p. 18) o termo filologia para designar o estudo global de um texto, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto, seja ele linguístico, literário, crítico-textual, sócio histórico etc.

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (2009, p. 224), por sua vez, define a filologia em duas direções, uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira é o estudo da língua em sua plenitude, linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito literário e não literário, manuscrito ou impresso. Já a segunda se concentra no texto escrito, primordialmente literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso, para estabelecê-lo, fixá-lo e restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

A respeito da escolha dos tipos de edição, sabe-se que há diversas formas de se editar um texto que podem ser, segundo Segismundo Spina (1977, p. 77-79), Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1987, p. 29-

30) e César Nardelli Cambraia (2005, p. 90-97): a edição fac-similar ou mecânica, a diplomática, a semidiplomática ou paleográfica, a modernizada e a edição crítica.

César Nardelli Cambraia (2005, p. 90-96) ensina que, ao se escolher um dos tipos de edição, devem ser considerados dois aspectos: o público-alvo e as edições daquele texto feitas anteriormente. Para a finalidade deste trabalho, serão feitas as edições fac-similar e semidiplomática. A primeira, a fotografia do texto, reproduz com muita fidelidade as características do original e possui um grau baixo, próximo a zero, de intervenção do editor no texto. Já a edição semidiplomática ou paleográfica constitui uma forma de interpretação do original, uma tentativa de melhoramento do texto, marcada por um grau médio de intervenção do editor no texto. Nessa edição, segundo César Nardelli Cambraia (2005, p. 95), “[...] é possível, o desenvolvimento das abreviaturas, inserção ou supressão de elementos por conjecturas etc., embora qualquer uma dessas operações fique explicitamente assinalada na reprodução”.

Com relação à escrita dos documentos manuscritos citados, de forma geral, percebe-se a significativa variação linguística, uma possível incerteza dos escribas em como grafar os vocábulos e um latente conflito entre os períodos ortográficos, pois no século XVIII percebe-se tanto características dos períodos ortográficos fonético, pseudoetimológico e do simplificado.

Desse modo, a seleção dos 37 documentos manuscritos deveu-se, principalmente, ao fato de se referirem, em sua maioria, a Cuiabá e a capitania de Mato Grosso. Entretanto, algumas cartas que foram escritas em outras localidades do Brasil e de Portugal foram utilizadas com o intuito de se verificar a escrita no período citado e a variação linguística em lugares distintos, atendendo a maior diversidade possível de grafias e estilos. Acerca dos documentos deste *corpus* datados de Portugal, afirma Madalena Marques Dias e Vanessa dos Santos Bodstein Bivar (1986, p. 18),

[...] É importante ressaltar que os estudiosos do assunto consideram como manuscritos brasileiros, para fins de análise, todos aqueles relacionados à América Portuguesa, quer oriundos dela quer oriundos da sede do Império Português, mas com conteúdo referente a esta Colônia. Isso deve-se ao fato de a troca de correspondência ter sido sempre intensa entre ambos e, naturalmente, haver padrões em comum.

2. A paleografia

A paleografia, etimologicamente, do grego *palaíos* = antigo e *graphien* = escrita, é a ciência que estuda a escrita antiga, feita sobre material brando ou macio, tais como: as antigas tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel, segundo Vera Lúcia Costa Acioli (1994, p. 05), Segismundo Spina (1977, p.18), Madalena Marques Dias e Vanessa dos Santos Bodstein Bivar (1986, p. 12) e César Nardelli Cambraia (2005, p. 23).

Modernamente, afirma César Nardelli Cambraia (2005, p. 23) que a paleografia possui duas finalidades, uma teórica e outra prática

A teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita. E a prática concentra-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

Por sua vez, Vera Lúcia Costa Acioli (2003, p. 5-6) garante que a paleografia é uma forma de análise de documentos históricos. Ao paleógrafo não cabe apenas ler textos antigos, a ele compete ler, entender, datá-los, identificar sua origem e procedência, sua autenticidade, anotar os erros para fixá-los e assim servir de subsídio para outras ciências que tenham o texto escrito como objeto de estudo. A autora diz ainda que o termo “antiguidade” não deve ser compreendido apenas no âmbito da escrita usada no Egito, Ásia e Grécia, mas no sentido de dificuldade de leitura, pelo fato de a escrita antiga apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual.

Isto posto, acrescenta Ubirajara Dolácio Mendes (1953, p. 92),

[...] Ao paleógrafo não pode faltar conhecimento do vocabulário empregado na data em que foi escrito o códice sob exame. E também não pode desconhecer a grafia usual nesse tempo, bem como as abreviaturas então comuns. Se as ignorar, se não tiver noções da terminologia da época, dificilmente entenderá o documento, por mais clara e firme que se apresente a caligrafia.

Compreendida dessa forma, a paleografia implica na capacidade de compreensão e identificação dos caracteres escritos e na transmissão da forma mais fiel possível ao original, para que possa ser evitada a adulteração do sentido de passagens dos documentos. Portanto, para os estudos filológicos, a paleografia é primordial, pois a filologia tem como objeto de estudo o texto escrito, sem o qual não subsiste. (SPINA, 1977, p. 75)

Destarte, a importância da paleografia para o filólogo e crítico textual é evidente, reitera César Nardelli Cambraia (2005, p. 23-24), “[...], pois para se fixar a forma genuína de um texto é necessário saber decodificar a escrita em que seus testemunhos estão lavrados”.

Os fólios do *corpus* são, em sua maioria, cartas oficiais, em que se percebe que os escribas ou copistas provavelmente possuíam conhecimento para a prática da escrita, até mesmo, como ofício. No entanto, várias são as intervenções realizadas pelo copista no momento da escrita ou da cópia, como confirma César Nardelli Cambraia (2005, p. 71) “[...] o elemento-chave da produção do livro manuscrito é certamente o *copista*”.

Atesta Gonçalves Viana (1904, p. 3) que as ortografias dos documentos manuscritos eram menos uniformes ainda se comparadas com outros documentos oficiais impressos da mesma época, e que “[...] cada amanuense tem a sua ortografia privativa, não contando nós, as numerosas cacografias, sistemáticas ou assistemáticas [...]”. Da mesma forma reitera Aurelio Roncaglia (2005, p. 80, *apud* CAMBRAIA) que tais escribas são passíveis de erros, estes são particularmente comuns quando se transcreve um modelo cuja escrita difere daquela a que o copista está habituado e afirma que,

[...] casos de substituição de grafemas/fonemas não constituiriam na verdade, simples má leitura de um dado grafema por outro, mas sim de uma palavra por outra, já que o copista realizaria conjectura sobre qual deveria ser a palavra cuja decifração lhe estaria escapando, baseando-se, por exemplo, em palavras que lhe são familiares.

Então, possivelmente, nesse momento, por desatenção, cansaço ou por variados motivos, o copista pode nos ter dado amostras do estado da língua falada no século XVIII através de sua escrita. O que se percebe, a princípio, é que muitas das ocorrências do século XVIII, e até anteriores a esse período, presentes neste *corpus*, prevalecerão nos séculos seguintes até os dias atuais, no português popular brasileiro, notadamente na chamada *Área de Cultura Caipira*, segundo Darcy Ribeiro (2006, p. 346).

3. A ortografia da língua portuguesa

Sobre a ortografia da língua portuguesa, esclarece Gonçalves Viana, na introdução da sua obra *Ortografia Portuguesa* (1904, p. 1), que

[...] nunca existiu ortografia uniforme em Portugal: pretender provar o contrário, ou mesmo insistir na afirmativa, seria obstinação ou ignorância manifesta

dos factos. Cada escritor tem usado a sua ortografia, mais ou menos metódica, sem entrarem em linha de conta aquelas que são indiscutivelmente errôneas, ou caprichosas, ou irrefletidas.

Corroborando com Gonçalves Viana, assegura Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1912 p. 15) que

[...] em Portugal, não há, nem nunca houve ortografia oficial uniforme. Só ortografias variadas, mais ou menos sensatamente regradas pelo costume e exemplo de bons autores, ou mais ou menos inçadas de erros, contradições, dislates, caprichos e idiosincrasias pessoais. Esse estado anormal foi tomando proporções de verdadeira calamidade nos últimos decênios do século passado: desde que os romancistas que *ex-officio*, estudaram cientificamente a literatura e a língua nacional.

Então, tais informações esclarecem que não havia uma norma clara que orientasse a ortografia portuguesa durante séculos, adentrando no século XVIII, demonstrando as inúmeras variações que surgiram na escrita desse período. Tal tentativa de regulamentação surgiu apenas em 1904 com a publicação da obra *Ortografia Nacional* de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.

Contudo, Ismael de Lima Coutinho (1976, p. 71) assegura que a ortografia portuguesa tem sua história marcada por três períodos, o fonético, pseudoetimológico e o simplificado.

O período fonético se confunde com a fase arcaica do português. Inicia-se com os primeiros documentos por volta do século XIII até o XVI. É marcado por uma busca da facilitação da leitura aproximando a escrita da fala. Na escrita desse período era comum aparecerem, num documento, os mesmos vocábulos grafados de modo diferente, devido à influência do latim, às diferenças regionais, que resultaram no sincretismo das formas, à negligência dos autores e copistas, e em alguns casos, à grafia castelhana. Escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido. (COUTINHO, 1976, p. 72)

Para Gonçalves, esse é o período filosófico da língua que busca restabelecer a biunivocidade entre a oralidade e a escrita. A língua registrada nesse período, afirma Paul Teyssier (1997, p. 6) está muito próxima do português arcaico, pois “[...] os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII, nessa época, o português não se distingue do galego, chamado [...] galego-português ou galaico-português”.

O desejo de aprimorar a língua portuguesa, aproximando-a do latim, em consonância com o pensamento renascentista, levou os escritores do século XVI a adotarem a ortografia pseudoetimológica e essas formas

eruditas perduraram até o século XX. Esse período compreende do século XVI a 1904 quando Gonçalves Viana publica a *Ortografia Nacional*. O período etimológico é plasmado na recuperação da representação gráfica dos étimos. Acerca desse período, garante Carlos Henrique da Rocha Lima (1978, p. 39) que “[...] na transcrição de palavra de origem grega, encontrava o pseudoetimologismo largo campo para demonstrações eruditas: o *ph*, *th*, *rh*, *ch*, *y*, passaram a infestar a escrita portuguesa”. Sobre este período ortográfico afirma Gonçalves Viana (1904, p. 8-9) que

[...] a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vangloriar-se, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto.

O sistema misto constituiu-se da convergência, da junção de vários princípios como a pronúncia, característica do período fonético, de traços de oralidade, como o uso de metaplasmos e de aspectos do pseudoetimológico, por exemplo: uso de consoantes geminadas, o grafema <h>, dentre outros.

O período simplificado inicia-se a partir da reforma ortográfica empreendida pela obra, *Ortografia Nacional*, de Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna resultado do trabalho de uma comissão nomeada pelo Governo Português, composta por vários linguistas, que estabeleceram dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro (COUTINHO, 1976, p. 78-79)

Apesar de vários tratados ortográficos se darem entre Brasil e Portugal ao longo da história na busca de unificação ortográfica do português, afirma Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (2000, p. 181)

[...] a ausência de uma norma de fato para a escrita fez com que, principalmente no século XVIII, se apresentasse uma grafia variável, oscilante, emergindo ainda traços da modalidade oral, resquícios da fase da ortografia fonética, própria do período arcaico, em que os textos, segundo Maia (1986, p. 302) revelavam frequentes situações de polivalência e de poligrafia.

Desse modo, foram registradas neste *corpus* diversas ocorrências de *poligrafia* entendida como variação ortográfica, que revela, em si, a própria variação que está intrinsecamente associada à concepção de fala/escrita da época, ou seja, à visão de escrita como um reflexo do modo de enunciação falado/oral. Sobretudo no período fonético, mas também presente, talvez em número menor de ocorrências, nos outros períodos e

até os dias atuais, em que se percebe a presença de vários elementos próprios da fala na escrita.

Demonstra ainda, dúvida em relação à maneira de grafar as letras ou sílabas homófonas dos vocábulos, pelo escriba, que escrevia de duas ou mais formas diferentes, geralmente representando a palavra nos seus aspectos orais, exemplos: *rezão* (3:16)³⁶, (4:12), (26:22) e *razaõ* (2:37), (33:7), (35:88), *camara* (2:55/56), (11:29), (22:11,14) e *camera* (4:40), (19:15, 20, 22), dentre outros e ainda ocorrências de poligrafia no mesmo documento: *descubrimento* (5:5) e *descobrimto* (5:16), *rial* (6:6.35) e *real* (6:22,26,30,32), *delegado* (17:44) e *delagado* (17:52), exemplos dentre muitos outros encontrados neste *corpus*. A esse respeito afirma Heitor Megale e Silvio de Almeida Toledo Neto (2006, p. 12):

[...] Pela observação dos documentos [...] percebe-se alguns exemplos de poligrafia que denotam o estado de dúvida em que se encontravam os escrivães daquela época. Conseqüentemente isso ajuda a inferir quando algum traço, apesar de encontrar-se na escrita, é, na verdade, um traço de oralidade que o escriba talvez sem perceber, em estado dúbio, deixou escapar.

4. As variações grafemáticas vocálicas

Afirma Paul Teyssier (1997, p. 10-11), que o latim clássico possuía cinco timbres vocálicos, havendo uma vogal breve e uma longa para cada timbre, ou seja, um total de dez fonemas, as breves eram sempre mais abertas que as longas correspondentes. Posteriormente foram substituídas por sete vogais no latim imperial e verifica-se que se manteve no galego português medieval e também no português contemporâneo, “[...] este notável caráter conservador do vocalismo português – convém advertir – comprova-se como uma tendência geral”.

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 50) que o sistema de escrita representado na documentação do período arcaico dispunha de cinco grafemas, herdados do sistema gráfico latino, para as vogais: <a, e, i, o, u>.

Neste *corpus*, à semelhança de outros manuscritos do século XVIII, os grafemas que representam os fonemas vocálicos são seis: <a>, <e>, <i, y>, <o> e <u>. Os grafemas <i> e <y> são equivalentes e empregados com e sem diacríticos funcionalmente se equivalendo. A ocor-

³⁶ Leia-se Ms 3 como Manuscrito 3, linha 16.

rência de <y> em palavras como *sy* e *escrevy* evidencia que não se trata de um grafema com função exclusiva de semivogal, porque é com essa função que o uso de <y> é mais frequente em documentos do período estudado. Todos os grafemas vocálicos também são empregados na constituição de ditongos, assumindo a função assilábica de semivogal, como nos seguintes pares entre diples, formados por grafemas que se equivalem nesta função: <e, i>, <i, y> e <o, u>³⁷.

4.1. O grafema y

O <y> é uma vogal traduzida do alfabeto grego para o latino como <i> e mantém esse som nas palavras em que é usado. Quando aportuguesada, a palavra originalmente grafada com <y> passa a ser grafada com <i>, uma vogal média, oral e fechada, conforme a sua aplicação. No português arcaico, a vogal <i> podia representar graficamente <i>, <j> ou <y>. Podendo ser usada: no centro da sílaba, (*uyr, ujr, uir*), como semivogal /i/ em ditongos decrescentes (*mays, majs, mais*) ou representando uma vogal /i/ em posição silábica de consoante (*ya, já, ia*) (MATTOS E SILVA, 2006, p. 25). No Brasil, atualmente, o <y> foi substituído pelo <i> em todos os casos, exceto em abreviaturas, palavras com origem estrangeiras e seus derivados, no entanto na escrita do século XVIII era muito produtivo seu uso principalmente devido a influência do período ortográfico pseudoetimológico.

Foram encontradas várias ocorrências de <y> substituindo <i>.

- Uso de <y> como <i> como semivogal nos monossílabos tônicos: <pay> (8:4), (36:60) e como <e> <may> (17:17), (27:13).
- Uso de <y> como vogal <i>: <sedy> (3:16), (3:31), (8: 6,14) , (12:25), (14:27,44,48), (21:2,8), <Tacuarý> (9:15,19), <despedý> (18:6), <respondý> (18:6), <gyro> (25:110). Uma ocorrência com variação gráfica: <assy> (3:5), <assim> (11:12), (12:6), (21:25,27), (24:53,90), (33:58,68).
- Uso de <j> no lugar de <i> em apenas uma ocorrência: <jrmaó> (35:55), <irmaó> (3:23), revela um traço de língua antiga. As ocorrências mais comuns neste *corpus* foram a troca de <j> por

³⁷ Os exemplos presentes neste artigo foram retirados da dissertação de mestrado intitulada "Cartas manuscritas do século XVIII: aspectos filológicos e linguísticos".

<i> como em: <iuneo> (5:7), <iuística> (12:36), (14:36), (19:14) cinco ocorrências. Com variação gráfica: <juística> (3:57), (6:24), (8:11) cinco ocorrências, <iurisdicam> (19:15) dentre outros.

- Uso de <y> em lugar de <i> nos grafemas formando a semivogal dos ditongos:

Ditongo <ay>: <cayapo> (5:20,31,47), <alcalayde> (2:21), <payaguã> (5:48), <alfayate> (24:44), <payapó> (5:48). Com variação gráfica: <Guaycurus> (4:9) e <Uaicurus> (35:61), <mayor> (1:12), (5:37), (6:9) oito ocorrências e <maior> (12:11,44), (36:30), (17:71), <mayo> (2:23,49), (13:4), (28:16) (15:2), (24:2,109), (30:19) e <maio> (34:52).

4.2. As vogais

e > a uso do grafema *a* onde seria *e*:

<dezasseis> (17:28), <battaria> (35:93). Com variação gráfica: <sacrataria> (5: 39-40, 44/45) e <secretaria> (1:7), (12:25), <estabalecimento> (6:14), (36:8) e <estabelecimento> (s) (12:3), (32:39), (34:4), <estabalacido> (26:9/10) e <estabelecido> (16:3), <delegado> (17:44), <delagado> (17:52) e <subdelegados> (17:55).

a > e uso do grafema *e* onde seria *a*:

<adiante> (19:6). Com variação gráfica: <rezaão> (3:16), (26:22), (4:12), (5:37), <razaão> (2:37), (33:7), (35:88) e <rezoéns> (18:16), <camara> (2:30,55/56), (11:29), (22:11,14), (27:19), (28:15,19) dezenove ocorrências, <camera> (s) (4:40), (19:15,20,22), (31:48).

e > i uso do grafema *i* onde seria *e*:

<dicizão> (3:6), <impreza> (5:10), <idetal> (5:37), <liais> (11:28, 30), <milhores> (32:65), <immmediatamente> (24:138), <dizestencia> (26:20), <dividamente> (26:20/21), <sintinella> (30:3), <imforcado> (31:51), <riciprocamente> (33:27), <descrivia> (35:7), <timiveis> (35:92), <nomiou> (26:39), <nomiado> (26:53), <promite> (32:15), <priseseonaram> (5:21,38). Com variação gráfica: <servintia> (2:30) e <serventias> (14:36), <inprego> (5:8) e <emprego> (26:43), (36:7,11), <similhante> (s) (8:9), (11:16), (24:52), (32:32), (36:48) e <semelhante> (s) (6:17), (12:20), (29:33), <milhor> (18:21), (24:90/91,127), (36:55) e <melhor> (8:6), (10:25), (12:48), (25:69), (36:54), <divida> (26:15) e <devida> (12:65), <incarregado> (29:46) e <encarregado> (25:8), <siguro> (30:4), (31:23) e <seguro> (17:18), <escrivi> (32:37) e <escrevi> (31:6),

(35:4,6), <procidimento> (32:44) e <procedimento> (3:10), (37:31), <consequentemente> (35:64) e <consequentemente> (25:51), <quazi> (2:5,7,9,12), (4:20), (32:16) e <quase> (33:23,79,83), <rial> (6:6,35) e <real> (6:22,26,30,32), (33:96), (34:18) 46 ocorrências, <cismaria> (23:5) e <sesmaria> (14:23), (27:6), (28:5), <intiligencia> (24:43), <inteligencia> (32:34) e <emtiligência> (31:60), <reçiozo> (31:16) e <reçoerozo> (31:7), <piquena> (18:7), (29:45), (35:24) e <pequena> (32:66,94).

Esta troca de *i* onde seria *e* é o fenômeno mais produtivo neste *corpus*. Nas ocorrências vocálicas apontadas, observou-se o fenômeno de alçamento de vogais. A exemplo de <escrivi> (32:37), afirma Paul Teysier (1997, p. 22) que, nos textos mais antigos do galego-português, já existia um fonema /i/ átono final, como nos imperativos do tipo *vendi*, *parti*, na primeira pessoa do singular do perfeito forte, *estivi*, *pudi*, na segunda pessoa do singular de todos os perfeitos, *cantasti*, *partisti*, porém passam a apresentar um *-e* final no início do século XIV. Quanto ao vocábulo *quazi*, possivelmente se explica seu uso por ser forma latina.

i > e uso do grafema *e* onde seria *i*:

<semular> (1:10), <desturbios> (2:49), <sinestras> (3:6), <cometiva> (4:15), <deminuição> (4:17), <mellitares> (4:17,18), <defecultava> (5:9), <prezeonou> (5:17), <idetal> (5:36), <ouvedoria> (7:8), <destinguído> (12:22), <assestir> (35:38), <imedeatamente> (17:55/56), <dezia> (18:2), <asesti> (24:7), <creação>/<creação> (25:65), (37:51), <divida> (26:15), <dizestencia> (26:20), <dizestencia> (26:20), <requezitos> (26:23), <deficil> (31:8), <reçiozo> (31:16), <emfalivel> (31:69), <aljebeira> (32:21), <abelitando> (33:47), <fedellidade> (35:12), <indispensável> (36:19), <emportava> (37:80). Com variação gráfica: <vizinhos> (2:7), (24:19) e <vizinhos> (35:29), <ministros> (3:4,42,51,56), e <ministro> (s) (12:47,55), (16:34,41,44), (37:15) quatorze ocorrências, <creados> (16:35), (17:24) e <criado> (17:71), (30:23), <deligencia> (2:27,36), (18:12,20), (35:89), <delligencia> (s) (2:41), (6:10,11,16,23,30), (7:9) e <diligencia> (6:19).

Sobre <e> e <i> quando em posição pretônica interna, afirma C. Maia (*apud*, MATTOS E SILVA, 2006, p. 59) que a variação gráfica mais destacada é entre <e> e <i>, pois quando “[...] na sílaba acentuada estão às altas /i/ ou vogais ou semivogais essa variação deve indicar um alteamento da pretônica, fenômeno fonético assimilatório conhecido como harmonização vocálica e que já aparece fixado no século XVI”.

o > u uso do grafema *u* onde seria *o*:

<rezulucaó> (5:41), <descompusturas> (6:31), <rigurozamente> (11:23), <dezcumfiança> (31:47). Com variação gráfica: <custume> (5:34) e <costume> (s) (12:8,48), (24:112), (36:15), <descubrimto> (5:5) e <descobrimto> (5:16).

u > o uso do grafema *o* onde seria *u*:

<socedidos> (24:23), <fogiraó> (24:143), <simolação> (26:55), <macomonado> (26:58), <sobirem> (29:44), <fozileiros> (34:35). Com variação gráfica: <logar> (24:11, 83), <lugar> (2:15), (12:53,55), (17:27).

Os fenômenos aludidos já se encontravam na gramática de Fernão de Oliveira (1536), citado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 55),

[...] Das vogais, entre *u* e *o* pequeno há tanta vizinhança, que quase nos confundimos, dizendo uns *somir* e outros *sumir* e *dormir* ou *durmir* e *bolir* ou *bulir*. E outros tantos entre *i* e *e* pequeno, como *memória* ou *memórea*, *glória* ou *glórea*.

A respeito das ocorrências citadas anteriormente, afirma Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 53) que podem ser descritas pelo processo de assimilação, um tipo de mudança fônica, que pode se dar de formas progressiva e regressiva, a primeira por assimilação à vogal anterior e a segunda por assimilação à vogal seguinte. A mesma autora ainda ressalva que

[...] Há evidências seguras da atuação das regras de mudança de timbre quando elas podem ficar representadas na grafia. É o caso, por exemplo, da grafia *isto* por *esto* (lat. *ipsu-*) ou *tudo* por *todo* (lat. *tōtu-*). Nestes casos o timbre e ou o, de acordo com o étimo latino, conforme a regra geral, muda para *i* ou *u* por assimilação à vogal final que seria realizado como vogal alta posterior /*u*'.

A variação do sistema vocálico da língua portuguesa de acordo com Gladstone Chaves de Melo (1967, p. 145),

[...] se caracteriza pelo grande número e grande frequência de ditongos e pela extrema e arbitrária oscilação da gama vocálica. De fato é impossível formular regras sobre a pronúncia do *e* ou do *o*, [...] tais oscilações se devem, nuns casos ao conservadorismo do nosso sistema vocálico, que mantém o timbre do latim vulgar noutros casos a inúmeros fenômenos de metáfora ou de oposição fonética.

Sobre essa variação em documentos brasileiros confirma Ubirajara Dolácio Mendes (1953, p. 94), "devido por certo a não existência de normas ortográficas fixas, tem o paleógrafo de lhe dar com as variações e erros ortográficos dos escribas e copistas do tempo, comuníssimos nos primeiros séculos de vida do nosso país [...]".

4.3. Os ditongos

A propósito da grafia dos ditongos orais e nasais, tendo como contraponto o português padrão atual, verificaram-se as seguintes alterações:

- Ditongo oral decrescente ai > ae (e assilábico onde seria i): <geraes> (1:5), (10:9), (25:77), (37:114), <sinaes> (8:5), <arra-yaes> (2:9), <possaes> (12:20), <originaes> (12,24), <verbaes> (12:39), <criminaes> (12:63) <principaes> (16:8), (25:88), <clericaes> (21:3), <generaes> (21:15), <generaez> (31:54), <naturaes> (25:89), <judiciaes> (30:7), <materiaez> (33:12), <pater-naes> (37:146), <assistaes> (13,21). Com variação gráfica: nestas ocorrências todas foram encontradas no plural, com o ditongo <ae>, apenas duas com o uso da grafia atual com <ai>, <oficiais> (6:18,21) e <oficiais> (19:10,18), <quaes> (1:20), (12:18), (13:26), (27:24), (34:15) e <quais> (37:8), (24:74,107), <reaes> (3:12) e <reais> (10:29) e no substantivo próprio <Mo-raes> (23:5).
- Ditongo oral decrescente eu > eo (o assilábico onde seria u): <rendeio> (2:42), <seo> (s) (3:3), (6:18), (33:25) dezesseis ocorrências, <escreveio> (3:13), <sucedio> (6:12), (35:53), <deo> (3:54), (7:4), (33:20), (34:49), <recolheio> (6:20), <reio> (s) (12:37), (16:111), (20:13), (22:14), (24:149), <europeos> (12:37), <remeteio> (24:65), (33:41), (24:65), <conheceio> (25:28), <resolveio> (25:5), <proveio> (2:24), (26:28), <agradeceio> (26:60), <estabeleceio> (25:79), <mereceio> (32:9), <sucedio> (6:12), (35:53), <procedêio> (37:82), <reconhecêio> (37:106). Com variação gráfica: <pareceio> (2:53), (8:6), (10:9) e <pareceu> (7:10), <Deos> (2:4), (7:1), (10:35), (15:12), (16:111) dezoito ocorrências, <Deoz> (12:9), (17:12), (25:112), (27:18), (28:15) sete ocorrências, <Deus> (3:54,59,60), (8:10), (29:49) e <Deuz> (17:67) dez ocorrências, <meio> (s) (17:54), (35:12), (37:11,84) e <meu> (s) (17:2,33), (25:1), (29:34) vinte e sete ocorrências.
- Ditongo oral crescente ia > ea (e assilábico onde seria i): Com variação gráfica: <copea> (4:33), (7:6),(20:7) e <copia> (35:4).
- Ditongo oral crescente iu > io (o assilábico onde seria u): <vio> (2:5), (32:6), <saio> (2:48,58), (26:13), (31:32), <pe-

dio> (4:25), (25:102), <seguio> (16:47), <expedio> (17:49), <prohibio> (17:60), <excluiu> (21:7), <dirigio> (25:17,27), (37:4,34), <referio> (25:25), <rezistio> (25:36), <servio> (25:36).

- Ditongo oral decrescente oi > ou (u assilábico onde seria i): este ditongo aparece no *corpus* em três grafemas com várias ocorrências:
<couza> (s) (3:25), (5:40), (6:5), (11:23), (20:9), (21:25) onze ocorrências. Com variação gráfica: <dous> (12:5), (19:17), (24:78), (25:19), (33:59) doze ocorrências, <douz> (31:31), <doiz> (33:23,60) e <dois> (33:28), (35:13,26,94), (36:17) treze ocorrências, <outubro> (7:23), (10:15), (33:3), (36:67) e <oitubro> (37:88,98,149/150).

Nesses casos, afirma Paul Teyssier (1982, p. 44), que o ditongo *ou* sofreu monotongação provavelmente a partir do século XVII, sendo substituído por *oi* do que resultaram os pares “ou-oi”, exemplos: *touro-toiro*; *ouro-oiro*; *cousa-coisa*. Porém, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 65) afirma que anteriormente, desde a fase arcaica, há indícios da variação dos ditongos <ou – oi> e ainda hoje se encontra, nas variantes da língua portuguesa, no Brasil diz-se *coisa* e *ouro* e em Portugal *cousa* e *oiro*, provenientes do latim (*causa-*) e (*auru-*).

- Ditongo oral crescente ua > oa (o assilábico onde seria u):
<legoa (s)>, (28:5, 6), (36:61), <ágoa> (s) (3:9), (10:21), (24:124), (33:52,88).
- Ditongo nasal crescente oi > oe (e assilábico onde seria i):
<hespanhoez> (10:33), (16:103), <hespanhoes> (15:4), (16:38,103), (32:24), <espanhoes> (32:29), (35:12,80).

Em relação à pluralidade presente nos manuscritos, fica claro que, devido à falta de normatização, paira a dúvida por parte dos escribas em grafar as palavras e ainda o conflito entre os períodos ortográficos.

Tais ocorrências descritas revelam, num recorte no tempo, neste *corpus*, uma possível amostra do estado da língua portuguesa no século XVIII. Apesar de se tratarem de cartas escritas em lugares diferentes, no Brasil e em Portugal, trazem características ortográficas e linguísticas semelhantes, pois, possivelmente, quem tinha acesso à educação e conseqüentemente à escrita, no Brasil, eram os mais abastados, geralmente portugueses e descendentes de portugueses, ou ainda escribas profissio-

nais. Além disso, outro possível motivo poderia ser o de se tratarem, em sua maioria, de documentos oficiais do Governo da Capitania de Mato Grosso, que aparentemente possuíam um formato pré-estabelecido, como gênero discursivo carta oficial.

Contudo, prevalece uma diversidade na grafia em relação à periodização da ortografia portuguesa. Com isso, os traços de oralidade e as contribuições de gramáticos e estudiosos da língua, citados, sinalizam para a hipótese de conservação de traços da língua portuguesa antiga no português do Brasil, como afirma Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 12)

[...] é claro que a língua portuguesa veio para o Brasil e aqui se miscigenou primeiramente com as diversas línguas indígenas aqui existentes e posteriormente com as línguas africanas, mas o que sobressai é realmente a forte presença até hoje de traços do português antigo no português brasileiro.

Sabe-se que ainda há muito que se investigar neste campo do conhecimento. Buscou-se aqui trazer uma contribuição para a área de língua portuguesa, principalmente, acerca de fenômenos linguísticos ligados à variação ortográfica da língua portuguesa.

Assim, garante Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 33-34), sobre o estudo de línguas do passado “[...] o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua – se ela é documentada por algum tipo de escrita ou de inscrição – é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador”.

5. *Considerações finais*

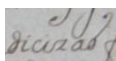
Este trabalho teve como objetivo descrever sob a perspectiva filológica, as ocorrências de variações grafemáticas vocálicas em 37 cartas manuscritas, datadas de 1713 a 1800, em sua maioria, referentes a Cuiabá e à Capitania de Mato Grosso pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso – APMT e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT. Foram tecidos comentários paleográficos, com o intuito de expor aspectos da escrita, descrever aspectos ortográficos, suas variações e correspondência fonológica na língua portuguesa do século XVIII.

Através da análise das ocorrências nos documentos investigados permite-se concluir que, mesmo este *corpus* pertencendo cronologicamente ao período pseudoetimológico da ortografia da língua portuguesa, ainda mantém muitos pontos de contato com o português arcaico, haja

vista as muitas ocorrências que se aproximam da escrita fonética daquele período, do pseudoetimológico e do simplificado.

Afirma Santiago Almeida (2009, p. 81), no estágio contínuo de variação, registra-se a manutenção de fenômenos descritos em estágios anteriores da língua: do galego-português à época do Brasil colonial, em especial no século XVIII – época da principal expansão portuguesa via bandeiras e monções paulistas, para o centro-oeste brasileiro.

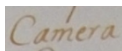
Essas ocorrências só confirmam a falta de fixação de uma ortografia do português naquela época, o que levou a uma ampla variedade linguística e aos escribas e copistas escreverem da maneira que melhor lhes conviesse, conforme as regras da escola que seguiam. Tal variação linguística na grafia pode revelar ainda através da variação vocálica, possíveis traços de oralidade, através, por exemplo, do alçamento vocálico e dos processos fonológicos segmentais retirados do *corpus*. Exemplos:



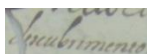
<dizão> (3: 6),




<rezão> (3: 16), (26: 22), (4: 12) e (5: 37),




<camera> (s) (4: 40), (19: 15, 20 e 22), (31: 48),



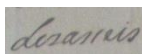
<descubrimento> (5: 5),



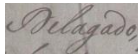
<custume> (5: 34),



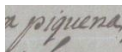
<estabelecimento> (6: 14) e (36: 8),



<dezasseis> (17: 28),



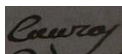
<delagado> (17: 52),



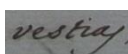
<piquena> (18: 7), (29: 45) e (35: 24),



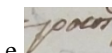
<milhores> (32: 65), dentre outros,



<cauzos> (34: 8),



<vestias> (24: 49 e 58)



e <pocos>.

Buscou-se nos documentos setecentistas identificar aspectos orto-

gráficos da língua portuguesa, as variações que possivelmente se encontram tanto na escrita quanto na fala no português popular brasileiro até os dias atuais, e procurou-se constatar que os possíveis traços de oralidade presentes nos manuscritos são resquícios do português arcaico, trazido para o Brasil desde a colonização e conservados na chamada *Área Cultural Caipira*.

Portanto pode-se inferir que a variação linguística é algo que se processa paulatinamente, pois nem toda a mudança se consolida em seu tempo, havendo sempre uma possibilidade de oscilação ortográfica e coexistência de várias camadas linguísticas, revelando assim um estado de língua de várias épocas dentro de um mesmo *corpus*, como verificado neste trabalho.

Para compreender o constante movimento da língua é preciso pensar que o uso leva a variações e estas produzem as mudanças. Segundo Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (2009, p. 126), os fenômenos presentes em estágios anteriores do português, depois do estado de variação, foram substituídos por uma ou mais formas concorrentes. Portanto, trata-se de realizações que deixaram de serem usuais, frequentes, recorrentes nas atuais normas da língua descritas no Brasil e em Portugal, ficando restritas a algumas áreas chamadas de interioranas.

É possível concluir, portanto, que a observação do confronto entre as normas preconizadas no século XVIII e os documentos manuscritos do mesmo período possa fornecer subsídios para a tomada de decisões mais acertadas sobre as normas ortográficas da língua portuguesa nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio e José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDAJ, Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.

ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Plano de guerra da capitania de Mato Grosso, janeiro de 1800*. Cuiabá: Edufmt, 2011.

- AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1987.
- BISOL, Leda. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro*, vol. I: primeiras ideias. São Paulo: Humanitas, 1998.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
- CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 6. ed. rev. São Paulo: Contexto, 2002.
- DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. In: ____; _____. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. Estudos CEDHAL- Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2005, p. 11-38.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê, 2005.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação a filologia e a linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de paleografia*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado – SEC, 1953.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* / São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Para a história do português brasileiro: lote cuiabano*. In: ____; COX, Maria Inês Pagliarini. (Orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral, 2005, vol. 1, p. 21-28.

SILVA, Kenia Maria Correa da. *Cartas manuscritas do século XVIII: aspectos filológicos e linguísticos*. 2013. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Sá de Costa, 1997.

VIANA, Gonçalves. *Ortografia nacional*. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa: Viúva Tavares Cardozo, 1904.